

Introdução

Menções aos “radicais da República” são encontradas desde os relatos dos cronistas do momento em que os jacobinos emergiram no cenário social do Rio de Janeiro e alcançaram proeminência política, passando pelas monumentais obras dos famosos compiladores da história política brasileira e até nos mais recentes trabalhos acadêmicos.

A própria plasticidade de significados conferidos ao qualificativo ‘jacobino’, ainda que, ou talvez justamente porque, muitos tivessem como parâmetro o caso dos pioneiros franceses, auxiliou o seu emprego elástico pelos contemporâneos e as mais variadas representações legadas pelos homens de letras e jornalistas, de certo modo endossadas por acadêmicos, historiadores e cientistas políticos da atualidade.

O vocábulo designativo já era utilizado pelo menos desde o final do governo monárquico e ainda prosseguiu em utilização no início do século XX. Foi, entretanto, durante a conjuntura analisada neste trabalho que adquiriu uma conotação ímpar, como alcunha para os voluntários dos batalhões patrióticos e mais veementes florianistas, os propalados “amigos do Marechal Floriano”. Mesmo nesta conjuntura, contudo, o termo alcançou, nos anos de 1896 e 1897, uma elasticidade substancial, chegando a ser utilizado como adjetivo depreciativo para apodar os mais diversos atores históricos.

A um vocábulo com emprego flexível mesmo em uma conjuntura específica corresponde um legado misto deixado aos compiladores e acadêmicos. Por este motivo, os jacobinos são retratados por estes estudiosos ora como “desordeiros”, ora como “aventureiros”, ora como simples “nativistas” e “antilusitanos”, ou ainda como os ideologicamente “submissos”.

A historiadora que até o momento mais analisou detidamente os monarquistas e sua atuação política, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, bem alerta aos estudiosos de hoje que por muitos anos a historiografia prosseguiu reiterando a versão dos monarquistas sobre a instauração e início do regime republicano no Brasil e seu caráter oligárquico. Os pesquisadores pouco se preocuparam em estudar a própria atuação política dos monarquistas no período, todavia, as suas publicações e escritos eram quase sempre tomados como registros conspícuos dos personagens e cenas da época, esquecendo-se os

analistas de que muitos monarquistas também eram atores imbuídos de interesses e defensores de propostas políticas. Qualquer análise que considere os monarquistas como testemunhas fidedignas e seus escritos como relatos *par excellence* dos acontecimentos acaba trazendo ao leitor uma retratação distorcida sobre aqueles que jogavam em lado oposto do tabuleiro político ao destes monarquistas, como era o caso dos jacobinos. Evidentemente, o inverso também é verdadeiro, pois as descrições legadas pelos jacobinos sobre os monarquistas não são menos depreciativas e também foram construídas no afã dos enfrentamentos e disputas da época. Outros relatos, como os de jornalistas civilistas e moderados, também não deixaram de ser tomados como fontes confiáveis ou supostamente imparciais. A este procedimento analítico deve-se acrescentar que alguns estudiosos que fizeram caracterizações dos jacobinos, ainda que estes não fossem os seus alvos específicos de estudo, não se preocuparam em analisar os escritos deixados pelos próprios jacobinos.

É por este motivo que este trabalho toma como objeto de estudo a atuação política dos jacobinos e, como instrumento de averiguação de suas idéias e propostas, o seu discurso veiculado através dos jornais *A Bomba/O Nacional* e *O Jacobino*, em circulação na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, de 1894 a 1896 e de 1894 a 1897. As versões construídas pelos jacobinos para algumas medidas administrativas do governo de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República e sucessor do Marechal Floriano Peixoto a cujo governo haviam apoiado, e para algumas ocorrências político-conjunturais, que informavam a sua apresentação de propostas que se encaminhavam em sentido inverso ao da ordenação civil em processo de estabelecimento e sedimentação, são contrapostas analiticamente, sempre que possível, às interpretações construídas por alguns de seus desafetos políticos.

O posicionamento oposicionista dos jacobinos a Prudente de Moraes foi separado analiticamente em dois momentos distintos. O primeiro, de novembro de 1894 a junho de 1895, durante o qual os jacobinos informaram as suas reivindicações nas dissoluções graduais dos batalhões patrióticos, caracterizou-se pela defesa dos seus interesses corporativos por via da manutenção da situação militarista e beligerante que os havia beneficiado deixada por Floriano a Prudente. Já durante o segundo momento de oposição, de junho de 1895 até o término de suas atividades no final de 1897, os jacobinos informaram as suas queixas na intensificação inédita da atuação política e atividade

propagandista dos monarquistas restauradores, os quais esses militantes entendiam contar com a conivência de Prudente para os planos de restauração, manifestando, assim, um exacerbado medo da mudança política, especialmente se a monarquia fosse restaurada, que redundaria na alteração entre beneficiários e preteridos pelo poder e, por conseguinte, no aniquilamento de suas atuações políticas.

Através da análise da oposição dos jacobinos a Prudente de Moraes e da identificação de suas idéias e propostas para o regime republicano em processo de transição efetua-se uma rediscussão historiográfica, uma vez que a defesa da manutenção da situação militarista e beligerante que os havia beneficiado permite qualificá-los diferentemente de alguns trabalhos historiográficos, principalmente da década de 1980.

No primeiro capítulo procede-se a uma contextualização histórica inicial e a uma identificação sintética destes atores, esclarecendo que os jacobinos, no segundo semestre de 1893, alcançaram proeminência no cenário da Capital Federal como voluntários dos batalhões patrióticos, partidários da legalidade, defensores do governo de Floriano Peixoto face à revolta da Armada, enfim, como combatentes ‘governistas’. Após a elucidação das motivações para as criações paralelas, porém não conjuntas, dos periódicos jacobinos da cidade do Rio de Janeiro, demonstra-se por que os jacobinos não fizeram oposição a Prudente de Moraes antes e durante a sua posse presidencial.

A contextualização histórica e a descrição da composição social dos indivíduos que se denominaram ou foram apodados de jacobinos são adensadas no segundo capítulo. Neste, analisa-se o primeiro momento de oposição dos jacobinos a Prudente, durante o qual estes agentes, informados pelos graduais licenciamentos e dissoluções dos batalhões patrióticos, defendiam os seus interesses corporativos para que se conservassem como elementos favorecidos pelo governo da situação.

No terceiro capítulo é feita a análise do antimonarquismo dos jacobinos e do juízo que manifestaram de que Prudente de Moraes afinava-se com e deixava-se influenciar pelos indivíduos interessados no restabelecimento da forma de governo monárquica. Neste segundo momento de oposição, os jacobinos informaram-se pela intensificação até então inédita do ativismo aglutinador e propagandista dos monarquistas restauradores. Deste modo, manifestaram um exacerbado medo da mudança política, pois como já vinham sendo

apeados das posições conquistadas e perdendo os espaços político-sociais alcançados, passaram a temer uma vislumbrada supressão política.

No quarto capítulo, com base nas considerações feitas, empreende-se uma rediscussão historiográfica, evidenciando as caracterizações dos jacobinos efetuadas por outros estudos das quais este trabalho se aproxima, mas sobretudo, de que definições e categorizações se distancia e por que apresenta qualificações alternativas.

Por fim, na conclusão, com base na argumentação apresentada, reitera-se a pertinência dos 'jacobinos' como tema de estudo e a relevância da explicação construída ao longo do caminhar desta pesquisa e apresentada na dissertação que ora se tem em mãos.